

PODER

União afasta Bivar do comando do partido

Por 11 x 5, deputado sai derrotado da disputa feroz que mantinha com seu antigo vice

» INGRID SOARES

A executiva da União Brasil decidiu, ontem, afastar provisoriamente o deputado federal Luciano Bivar (PE) da presidência do partido. O parlamentar corria o risco de ser expulso, mas os integrantes da sigla preferiram amenizar a punição em função de uma disputa pelo comando da legenda com o presidente eleito Antônio Rueda — que inclui ameaças e acusações mútuas sobre malversação de recursos da legenda.

O confronto entre os dois dirigentes chegou ao ápice depois que as casas de Rueda e da irmã dele, Maria Emília — que é tesoureira do União —, pegaram fogo, em Ipojuca (PE). O afastamento de Bivar foi decidido por 11 x 5, depois de uma votação tumultuada.

Segundo o secretário-geral do partido, ACM Neto, a destituição de Bivar da presidência é, por ora, a medida mais adequada. Porém, a legenda encaminhou ao Conselho de Ética do União uma ação que pode expulsá-lo.

“A expulsão, que pode acontecer ou não, seria uma pena mais apropriada depois que o processo fosse todo esgotado, com o direito à ampla defesa”, observou. Para ACM Neto, o momento é de “virar a página” e focar nas eleições municipais. “Essa é a prioridade, aproveitar esses últimos 15 dias de janela partidária. Temos a possibilidade de filiação de alguns candidatos, em cidades importantes do país, e essa vai ser a prioridade agora: buscar o maior número possível de candidatas a prefeito e a vereador que vão disputar as eleições de 2024”, adiantou.

Na reunião de ontem, Bivar participou por meio de videoconferência. A certo momento, teve o microfone cortado ao tentar interferir no andamento da votação — acusou os integrantes da cúpula de serem suspeitos para tomar a decisão de afastá-lo da presidência do União devido a divergências dentro do partido.

Michel Jesus/Câmara dos Deputados



Bivar deve ficar isolado na bancada do partido e ser substituído nas comissões de que faz parte

Profissionais saem ganhando

Nos bastidores do União Brasil, Luciano Bivar foi derrotado pelo grupo que veio do Democratas — considerado como profissional da política, que cooptou Antônio Rueda e o fez presidente. O deputado pernambucano era acusado de ter como único projeto fazer negócios que o beneficiassem, usando a legenda para isso. Para a eleição municipal de outubro, o União receberá pouco mais de R\$ 517 milhões do Fundo Eleitoral. No pleito presidencial de 2022, embolsou R\$ 758 milhões e, para o de 2026, tem projeto de lançar o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, para disputar a sucessão de Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2018, Jair Bolsonaro chegou ao Palácio do Planalto pelo antigo PSL de Bivar.

Antecipação

O afastamento de Bivar apenas antecipa algo que aconteceria apenas em junho — quando acabaria seu mandato à frente da legenda e teria de dar a vez a Rueda, eleito presidente da sigla em 29 de fevereiro. O deputado, porém, tem cinco dias para recorrer da

decisão da executiva. O processo tem prazo de 60 dias para ser finalizado e não afeta o mandato de Bivar como parlamentar — ele, porém, deve ser substituído em todas as comissões de que participar e ficar isolado na bancada.

Agora que está decidido o futuro do deputado federal no partido, ACM Neto afirma que o

partido terá uma dinâmica bem diferente. “Vai se reunir, vai conversar, vai discutir, vai estar mais próximo de cada estado, construir canais de comunicação com seus filiados, agir com muita transparência. Será conduzido pelo melhor pensamento político, que reflita o desejo da maioria, como tem que ser. A gente espera virar essa página, vivida nas últimas semanas e retomar a normalidade da vida partidária.”

Para o líder da bancada na Câmara, Elmar Nascimento (BA), o afastamento de Bivar foi uma “decisão difícil” de ser tomada. “(Ele) tem histórico no partido, é fundador, presidente o tempo inteiro, presidente depois da fusão (entre o PSL, do qual era egresso, e o Democratas). Talvez o membro mais destacado do partido. É sempre uma decisão difícil”, avaliou.

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Sumidos, itens do Alvorada reaparecem

» VITÓRIA TORRES*

A Comissão de Inventário Anual da Presidência da República encontrou os 261 itens que eram dados como desaparecidos do mobiliário do Palácio da Alvorada. Os objetos estavam espalhados pela residência oficial do presidente da República e foram localizados em setembro do ano passado — 10 meses depois da primeira inspeção no local.

O suposto sumiço dos itens do inventário do Alvorada causou mal-estar envolvendo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a primeira-dama Janja com os antecessores de ambos — Jair e Michelle Bolsonaro. Porém, a notícia de que os móveis e outros objetos que integram a decoração da residência presidencial reapareceram voltaram a agitar as redes sociais.

O ex-presidente, por meio de sua conta no X (antigo Twitter), atacou Lula. “Todos os móveis estavam no Alvorada. Lula incorreu em falsa comunicação de furto”, publicou. A acusação foi reforçada pelo filho 01, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) — que acusou o presidente de mentir para justificar gastos públicos.

“O desonesto Lula mentiu! Acusou Jair Bolsonaro para poder gastar o dinheiro dos brasileiros comprando móveis de luxo para sua majestade real”, publicou, na mesma rede social. O parlamentar se referia à compra feita por

Gov.br



Levantamento logo após a posse de Lula deu pela falta de 261 objetos, que estavam espalhados pelo palácio

Lula e Janja de móveis para reequipar o Alvorada, em substituição aos itens até então desaparecidos, no qual foram gastos quase R\$ 200 mil.

O reaparecimento dos utensílios foi adiantado pelo jornal *Folha de S. Paulo* e confirmado pelo *Correio*. Lula passou o primeiro mês de mandato morando em um hotel no centro de Brasília, afirmando que o Alvorada e a Granja do Torto — residência de veraneio — estavam deterioradas. Em um café da manhã com jornalistas, ele expressou indignação com sumiço dos itens.

“Não sei se eram coisas particulares do casal, mas levaram tudo. Então, a gente está fazendo a reparação, porque aquilo é um patrimônio público”, acusou Lula.

A primeira inspeção, em novembro de 2022, atestou que 261 bens estavam desaparecidos. A segunda conferência ocorreu no início do ano passado e localizou 173 peças. A última foi feita em setembro e atestou que nenhum item havia sido extraviado pelo casal Bolsonaro.

Por meio de nota, a Secretaria de Comunicação Social

da Presidência confirmou que a busca dos bens foi concluída em setembro passado. “Os trabalhos foram finalizados somente em setembro do ano passado, quando todos os bens foram encontrados em dependências diversas da residência oficial. Ou seja, houve um descalço com onde estavam esses móveis, sendo necessário um esforço para localizá-los todos novamente”, afirmou. (Com Agência Estado)

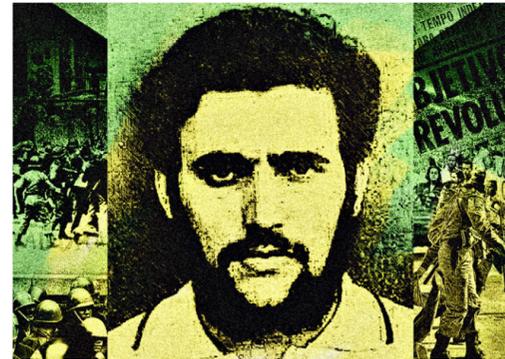
* Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Recordações da distensão: o estudante desaparecido

Eleito deputado federal pelo antigo estado da Guanabara, em 1970 e 1974, o jurista e político carioca Célio Borja passou a representar o novo estado do Rio de Janeiro a partir de 15 de março de 1975, após a fusão dos dois, por força de lei sancionada no governo Ernesto Geisel, cujo objetivo era reequilibrar a balança geopolítica do país com São Paulo. No projeto nacional-desenvolvimentista do então presidente Geisel, o Rio de Janeiro seria a capital do setor produtivo estatal, pois abrigava a sede das mais importantes empresas públicas do país — entre as quais a Petrobras, a Vale, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Embratel, o BNDE (não tinha o S) e o BNH (antigo Banco Nacional de Habitação).

Enquanto o ministro do Planejamento da época, João Paulo dos Reis Veloso, articulava o tripé do ambicioso II Plano Nacional Desenvolvimento de Geisel — setor estatal, empresários brasileiros e multinacionais —, caberia a Borja liderar a bancada da Arena na Câmara Federal e articular a continuidade do projeto de “distensão lenta, gradual e segura” — que havia sido abalado pela espetacular vitória do MDSB, o partido de oposição, nas eleições de 1974.

Mas ou menos nessa época, Borja foi convidado para uma palestra na centenária Faculdade de Direito de Niterói (UFF), que ainda hoje funciona no velho prédio em estilo neoclássico da Avenida Presidente Pedreira, no Ingá, bairro nobre de Niterói. O novo líder da Arena havia sido encarregado por Geisel do operar a “Missão Portela” na Câmara — assim batizada por causa do senador Petrônio Portela (PI), presidente da Arena à época. Borja seria ministro da Justiça de Geisel, mas foi vetado pelos militares “linha dura”. Por muito pouco também não foi impedido de assumir a Presidência da Câmara.

Borja era um político liberal, defendia a abertura política com sinceridade. Mal começou a sua palestra, foi interrompido por um grupo de estudantes que protestava contra o sequestro e desaparecimento de um dos alunos da Faculdade de Direito, Fernando Santa Cruz. Sua mulher, Ana Lúcia Santa Cruz — mãe daquele que mais tarde seria presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, que tinha pouco mais de dois anos —, aos prantos gritava: “Vocês sequestraram meu marido. Cadê o pai do meu filho?”

Não foi somente a palestra de Borja que acabou ali. Na verdade, o processo de abertura estava sendo interrompido, em razão da derrota eleitoral de 1974, por violenta repressão à oposição de esquerda ao regime. A pá de cal seria o Pacote de Abril, de 1976, do então ministro da Justiça Armando Falcão. O corpo de Fernando Santa Cruz nunca foi devolvido à família, mas o tempo se encarregou de esclarecer as circunstâncias de seu assassinato.

Em 23 de julho de 2014, a Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara, de Pernambuco, recebeu documentos inéditos da Operação Cacaú, de 1973, realizada pelo IV Exército, com órgãos e agentes da repressão na Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Todo o material estava guardado no Arquivo Nacional.

Honoris causa

Juliana Dal Piva, repórter do jornal *O Dia*, do Rio de Janeiro, ao investigar o destino dos mortos e desaparecidos da Casa da Morte, de Petrópolis, para um mestrado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, havia encontrado os documentos sobre a operação para desmontar a Ação Popular Marxista-Leninista (APML), da qual Fernando Santa Cruz fazia parte.

O relatório confirma que Eduardo Collier Filho, Fernando Santa Cruz, Gildo Lacerda, José Carlos da Mata Machado, Paulo Wright e Umberto Câmara Neto, dirigentes da organização, foram mortos pelos militares. Em fitas gravadas em 1983, Gilberto Prata, cunhado de José Carlos, relata detalhes de colaboração remunerada com o Centro de Informação do Exército (CIE).

O caso de Fernando Santa Cruz foi motivo de uma polêmica entre seu filho Felipe e o ex-presidente Jair Bolsonaro, que negava a existência dos documentos. São mais de 300. Um deles, da Aeronáutica, datado de 22 de setembro de 1978, confirma que Fernando foi preso em 22 de fevereiro de 1974, no Rio de Janeiro. Ele já integrava uma lista com mais 48 desaparecidos do Comitê Brasileiro de Anistia. No Arquivo do DOPS/SP, na sua ficha consta: “Nascido em 1948, casado, funcionário público, estudante de Direito, preso no RJ em 23/02/74”. Em outro, o antigo Ministério da Marinha informa que “foi preso no RJ em 23/02/74, sendo dado como desaparecido a partir de então”.

Cinco dias antes da fala de Bolsonaro sobre Fernando, em 24 de julho de 2019, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, vinculada ao seu governo, havia emitido uma retificação de atestado de óbito do pai de Felipe Santa Cruz, reconhecendo o desaparecimento “em razão de morte não natural, violenta, causada pelo Estado Brasileiro”. No atestado de óbito, também consta que Fernando morreu provavelmente em 23 de fevereiro de 1974, no Rio de Janeiro.

Ontem, por proposta do seu decano e ex-diretor Manoel Martins Junior, o Colegiado da Faculdade de Direito de Niterói concedeu o título de bacharel em direito a Fernando Santa Cruz. E propôs ao Conselho Universitário a concessão do título de Doutor Honoris Causa ao jovem desaparecido, que será homenageado com uma placa na faculdade que testemunhou a denúncia de seu sequestro.